



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

PALÁCIO “RINCÃO DA CRUZ”

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.: 003/ 2015

EMENTA

Altera redação da Resolução n.169/2008.

EMERSON DE MORAIS RAMOS, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itaqui, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber, que o Plenário aprovou a seguinte

RESOLUÇÃO

Art. 1º Ficam alterados os artigos 2º; §3º, §6º e §7º do artigo 3º; incisos I e VI, §1º, §5º e alínea “a”, §6º do artigo 7º; o “caput” e §5º do artigo 9º e “caput”, §1º, alíneas “a”, “b” e “c”, §3º, §4º e inciso I e §8º artigo 10, da Resolução n.169, de 06 de fevereiro de 2008, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 2º. O deslocamento para fora do Município, com o objetivo de serviço ou estudo de interesse da Administração deste Poder, dá ao Vereador ou servidor direito de receber indenização de transporte intermunicipal e diárias, que se destina a indenizar despesas locomoção urbana, alimentação e estada.

...

Art. 3º. (...)

...

§ 3º. A Diária somente será concedida após o despacho deferitório do Presidente.

...

§ 6º. (REVOGADO)

...

§ 7º. (REVOGADO)

Art. 7º. (...)

I – Relatório das atividades desenvolvidas em cada dia de deslocamento, discriminando as autoridades e ou locais visitados e assuntos e trabalhos desenvolvidos em cada um destes locais, podendo ser utilizado o formulário constante no anexo I, ou documentos oficiais que atestem a presença e/ou assunto tratado junto às autoridades visitadas pelo parlamentar e/ou servidor nos locais



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

PALÁCIO “RINCÃO DA CRUZ”

discriminados, podendo a presença ser afirmada por fotos pontuais com a(s) autoridade(s) ou do(s) local(ais) visitados;

...

VI – (REVOGADO)

§ 1º. As diárias do motorista de viatura oficial serão comprovadas pelos documentos do inciso III deste Artigo e a autorização da viagem pela Presidência da Mesa Diretora, onde constará o motivo do deslocamento da viatura oficial, acompanhados do rol das autoridades e/ou servidores transportados e declaração ou relatório da viagem, ou, se não houver abastecimento, declaração ou relatório, de mão própria, contendo os horários de saída e chegada do veículo em nossa cidade;

...

§ 5º. A Prestação de Contas juntamente com o Relatório de Viagem será apresentada ao Departamento de Contabilidade desta Casa, em duas vias, sendo uma delas com os documentos originais e outra em cópia, sendo que esta última deverá ser autenticada pela Contabilidade e, após a conferência, devolvida ao apresentante;

a) (REVOGADO)

§ 6º. Uma vez verificada a adequação da Prestação de Contas às regras desta Resolução pelo Setor de Contabilidade, será o processo encaminhado à Presidência da Mesa Diretora, para que decida sobre a regularidade e adequação da Prestação de Contas apresentadas;

Art. 9º. A não-utilização dos valores requeridos para os deslocamentos, tanto em caso de concessão antecipada e não-realização do deslocamento, como da não-utilização nos exatos termos em que foram solicitados, conforme verificado na Prestação de Contas e determinação de devolução pela Presidência da Mesa Diretora, ensejam a sua devolução, total ou parcial, nos termos dos parágrafos seguintes;

...

§ 5º. No caso de não ocorrer, concomitantemente à apresentação da Prestação de Contas, a devolução dos recursos não utilizados, poderá incidir, mediante decisão justificada a penalidade constante no “caput” do artigo 8º desta Resolução.

Art. 10. Além do valor da indenização da locomoção urbana, alimentação e estada obedecerá para os Servidores critérios estabelecidos em legislação própria e, para os Vereadores, os seguintes parâmetros:

§ 1º. Conforme o deslocamento, o valor de cada dia indenizado será:

a) Para Porto Alegre ou municípios não limítrofes, R\$ 450,00;



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

PALÁCIO “RINCÃO DA CRUZ”

b) Para fora do Estado ou do País, o equivalente a 2 (duas) vezes o valor da diária à Porto Alegre, exceção feita para a Argentina e Uruguai, para onde o valor será equivalente a 1, 5 (uma e meia) vezes o valor da diária à Porto Alegre;

c) Para Municípios limítrofes, R\$ 225,00;

§ 2º. REVOGADO (Resolução nº 206-2012).

§ 3º. REVOGADO.

§ 4º. O número de diárias devidas, tanto para Vereadores como para Servidores, será:

I. uma diária integral (1) a cada dia de deslocamento;

...

§ 8º. (REVOGADO)

Art. 2º Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes na Resolução n. 169/2008;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI, EM 04 DE MAIO DE 2015.

Vereador EMERSON DE MORAIS RAMOS
Presidente

Registre-se:

Vereadora GISLAINE DA SILVA BRUM
Secretária



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

PALÁCIO “RINCÃO DA CRUZ”

JUSTIFICATIVA

Trata-se de projeto de resolução que altera a Resolução n.169/ 2008, que trata sobre a Concessão, Pagamento e Prestação de Contas das Diárias dos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo, para tornar o regulamento e a prestação de contas mais dinâmico, além de atualizar a indenização de acordo com o quadro econômico atual.

A alteração do artigo 2º diz respeito à correção de natureza formal acerca do conceito de diárias, onde erroneamente constou como diária a indenização de transporte intermunicipal.

A diária é indenização que visa cobrir gastos com locomoção urbana, alimentação e estadia na localidade para onde o agente político ou servidor se deslocou.

Segundo o Manual do Gestor Público¹, elaborado pela Secretaria da Fazenda do Estado – CAGE, a definição de Diárias é:

“É a indenização pecuniária destinada à cobertura das despesas com hospedagem e alimentação do servidor público quando do deslocamento temporário de sua sede, por motivo de serviço ou para participação em eventos ou cursos de capacitação profissional.”p.225

Assim, a indenização de transporte intermunicipal não pode ser incluída para o câmputo do cálculo das diárias.

O parágrafo terceiro do artigo terceiro também está sendo alterado, devido a uma incoerência redacional, acerca da exigência do parecer prévio do Procurador Legislativo acerca da concessão ou não das diárias pelo Presidente do Poder.

O Presidente da Câmara de Vereadores é o ordenador de despesas da instituição e o único passível de responsabilização acerca das decisões tomadas no âmbito do legislativo que envolvem decisões financeiras. De outra banda, a possibilidade de emissão de parecer sobre caso específico que envolva a concessão de diárias pode ser requerida pelo Presidente ao Procurador Legislativo da casa, visto que dentre suas atribuições estão a emissão dos respectivos pareceres.

O parágrafo sexto do artigo terceiro, também merece reforma, devendo ser revogado pela mesma causa enumerada no parágrafo anterior, qual seja, o ordenador de despesa da Câmara é o Presidente do Legislativo, além do que as decisões administrativas estão sob sua competência exclusiva de conformidade com o Regimento Interno, alíneas “a” e “b”, inciso III, parágrafo primeiro do artigo 31.

¹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Manual do gestor público: um guia de orientação ao gestor público. – Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2009. 316p.



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

PALÁCIO “RINCÃO DA CRUZ”

A revogação do parágrafo sétimo do artigo terceiro é medida necessária, vez que a exigência de comprovação do agendamento via fax e e-mail, é exigência demasiada para os agentes públicos, que deverão comprovar o cumprimento das agendas após o deslocamento realizado, sob pena das aplicações das sanções existentes na resolução ora discutida.

O inciso I do artigo sétimo é exigência que deve ser flexibilizada, vez que a exigência de que o parlamentar visitado (Deputado, Governador, Secretário Estadual ou Municipal, etc.), assinem o relatório de viagem do agente público que está em deslocamento é demasiadamente descabida, visto que qualquer servidor detém fé pública, e tanto o relatório realizado pelo Vereador ou servidor em deslocamento, quanto a declaração feita pelo servidor lotado junto da autoridade visitada possuem força probante suficiente para comprovar o deslocamento.

A revogação do inciso VI do artigo sétimo também é medida que se impõe, vez que a manutenção do inciso é redação tautológica, que simplesmente repete de forma pormenorizada a redação constante no inciso V, que consta praticamente as mesmas exigências comprobatórias de deslocamento.

Com a revogação do inciso VI do artigo sétimo, a exigência constante no parágrafo único do mesmo artigo com relação ao referido inciso também devem ser retiradas da redação normativa.

A alteração da redação constante no parágrafo quinto do artigo sétimo, diz respeito à adequação do dispositivo ao setor responsável pela verificação do cumprimento da norma legal, no tocante a prestação de contas de diárias.

Segundo o previsto na Lei Municipal n.2554, no Anexo I, com relação ao cargo de Agente Técnico de Contabilidade, dentre as suas atribuições constam a de controlar prestações de contas de despesas variáveis e examinar processo de prestação de contas.

A exigência de que a prestação de contas seja encaminhada ao Procurador Legislativo para análise e parecer configura ato ilegal, vez que dentre as atribuições constantes no anexo I ao cargo referido, não consta a análise ou auditoria de prestações de contas, e nesse sentido, prevalecendo o dispositivo legal, acarretará o acúmulo indevido de funções com a atribuição legal do agente técnico de contabilidade.

A revogação da alínea “a” do parágrafo quinto deve ser realizada, visto que a norma descrita trata de forma distinta o servidor ali referido dos demais pertencentes ao quadro de servidores da Câmara, ferindo o princípio do tratamento isonômico.

A adequação do parágrafo sexto do artigo sétimo visa adequar a análise da prestação de contas ao Setor competente da Câmara de Vereadores, de conformidade com a disposição prevista em lei.



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

PALÁCIO “RINCÃO DA CRUZ”

A alteração do artigo nono também demonstra adequação às atribuições legais de cada cargo dentro da estrutura administrativa, retirando do Procurador Legislativo a

errônea atribuição de análise das prestações de contas conforme referido anteriormente.

O parágrafo quinto do artigo nono merece adequação, visto que a não prestação de contas por parte do agente público deve ser penalizada, mediante critérios razoáveis, de maneira que os recursos públicos sejam utilizados sempre para a finalidade que foram criados.

A redação do caput do artigo 10 deve ser realizada tendo em vista o entendimento do que engloba o conceito de diárias, sem a indenização do transporte intermunicipal conforme estabelecido no “caput” do artigo 2º da presente resolução, também alterada.

O texto previsto nas alíneas “a” e “c” do parágrafo primeiro do artigo 10, também merece reforma por não possuir um critério objetivo, visto que existem inúmeras cidades com índice populacional menor que duzentos mil habitantes em distâncias superiores à da capital gaúcha, bem como com custo de vida mais elevado.

O valor da diária também está defasado, visto que as inúmeras mudanças na economia nacional, o aumento dos juros e dos índices inflacionários acabaram por alterar os custos dos serviços de hotelaria, da alimentação e transporte local nas cidades gaúchas.

O inciso I, do parágrafo quarto constante no artigo 10, é mudança necessária, visto que o município de Itaqui situa-se à aproximadamente 700 (setecentos) quilômetros da cidade de Porto Alegre (capital gaúcha), sendo a localidade mais distante da capital dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

É notório e consabido que o único meio de transporte intermunicipal da cidade demora aproximadamente nove horas e meia para fazer o trajeto entre Itaqui e Porto Alegre, principal destino dos agentes públicos, tendo dois horários de saída, quais sejam, às 21:00 horas ou às 05:00 horas da manhã, para que o servidor ou agente político possa cumprir suas agendas no dia seguinte, deve realizar a viagem no turno da noite, pernoitando desta forma dentro do ônibus, de veículo oficial ou próprio. Assim, faz-se necessária a supressão do parágrafo terceiro do artigo 10, para que possa haver um critério cristalino para a concessão das diárias.

Ao final, revogação do parágrafo oitavo do artigo 10 é medida impositiva, visto que redundante a redação tendo em vista a previsão do parágrafo sétimo do mesmo artigo, além de definir erroneamente como diária a indenização de transporte intermunicipal.

Estas são as justificativas que colocamos para apreciação da Colenda Câmara Municipal de Vereadores, em regime de Urgência Urgentíssima.



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
PALÁCIO “RINCÃO DA CRUZ”
Itaqui (RS), 04 de maio de 2015.

Ver. Émerson de Moraes Ramos
Presidente